

07
4

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) Cecilia Jemina da Silva
Brasileiro (a), casado, Agricultor, portador de
RG nº. 3.439.102, CPF nº. 035.113.214-76, podendo ser
intimado(a) no(a) Sítio Caminhos, 511 Zona Rural

na cidade de Pilões Estado da
Paraíba. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é
pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas
processuais na Ação Cobrança e/c Reparação de Danos Materiais, na Comarca de
Pilões. Afirma ainda ser conhecedor das sanções
penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina
o presente.

Pilões - PB, em 18/05/2015



Declarante



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Caciana Jemima da Silva, brasileira,
casada, Agricultor, portador (a) do CPF nº
033.113.214-76, residente e domiciliado (a) no(a)
Sítio Cantimbo, nº S/A, Zona Rural,
Pelões - PB, nomeia e outorga poderes ao

Outorgado: Bel. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, Solteiro, OAB 16928/PB, podendo ser intimados na Rua Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COM AÇÃO DPVAT**, junto à comarca de Pelões - PB, podendo os outorgados, confessarem, assinarem, desistirem, proporem acordo, receberem intimações, darem quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições, firmarem, apresentarem recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar apelação criminal, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATICIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que **honorários advocatícios sejam pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente contrato, nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.**

Pelões - PB, em 19/05/2015.

Outorgante:  X

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



409

Processo liberado o pagamento

Nome	Tipo de Processo	Código interno	Número do Megadata	Indenização
------	------------------	----------------	--------------------	-------------

CICERO FERREIR A DA SILVA	INVALIDE Z	62728 7	3150/20882 0	Data crédito: 27/04/2015 - R\$ 1.687,50 >> CICERO FERREIRA DA SILVA DOC - Banco: 104 Ag: 01100- CC: 000000014585 -6
------------------------------------	---------------	------------	-----------------	--

(



CÓDIGO DE CONTROLE
5242.585A.2BB9.E5E6

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:51:33 do dia 20/10/2011 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

035.113.214-76

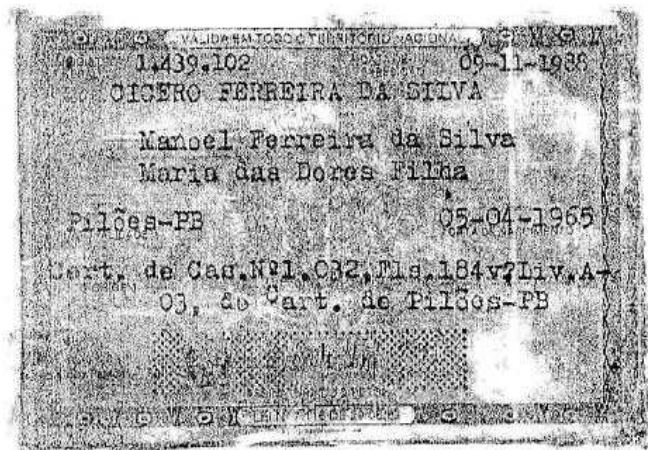
Nome

CICERO FERREIRA DA SILVA

Nascimento

05/04/1965

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL SALES DA SILVA
ÚNICO OFÍCIO DA COMARCA DE PILÕES - PB.
TABELIÃ: OSIRES FERREIRA SALES

LIVRO Nº 18
FOLHA: 265
TRANSLADO 1º

PROCURAÇÃO bastante que faz(em) **CICERO FERREIRA DA SILVA**. SAIBAM quantos o que este instrumento de procuração virem que aos 02 (dois) dias do mês de julho do ano dois mil e quatorze (2014), nesta cidade de Pilões, Estado da Paraíba, em Cartório perante mim Escrevente Substituto, compareceu (ram) como outorgante (s) **CICERO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.439.102 - SSP/PB e do CPF nº 035.113.214-76, residente e domiciliado no P.A. Redenção, deste município e comarca de Pilões - PB; não alfabetizado deixa a impressão digital do seu polegar direito à margem do livro assinando a seu rogo a Sra. **Iraci Luciano da Silva**, reconhecido (s) como o (a) próprio (s) de mim Escrevente Substituto, e que por este público instrumento nomeava (m) e constituía (m) seu (sua) bastante procuradora a Sra. **IRACI LUCIANO DA SILVA**, brasileira, casada, agricultora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.624.452 - SSP/PB e do CPF nº 009.673.614-35, residente e domiciliada no endereço acima citado; pelo presente instrumento público de procuração, o outorgante acima qualificado, concede amplos gerais e ilimitados poderes para representá-lo junto ao **Seguro DPVAT**, podendo para tanto, dita procuradora, dar entrada no processo de Sinistro para recebimento de indenização ou reembolso das despesas, juntar e retirar papéis e documentos, apresentar provas, laudos e os documentos necessários, assinar termos de responsabilidade, formulário de indenização de pagamento, receber quaisquer importâncias destinadas ao outorgante em qualquer agência bancária autorizada, passar recibo e dar quitação, assinar declarações, prestar informações, praticando e assinado tudo mais que for necessário ao fiel cumprimento do presente mandato, o que o outorgante dará por bom, firme e valioso. E de como assim o disse (ram), do que dou fé, me pediu (ram) lavrei este instrumento que lhe (s) sendo lido aceitou (ram), sendo dispensada à presença das testemunhas de acordo com o Art. 1º do Provimento nº 03/87 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba. Eu, Sebastião Sales da Silva Neto - Escrevente Substituto, que digitei e assino em público e raso, conferindo toda a documentação necessária para sua devida efetivação, como também reconheço a(s) assinatura(s) posta(s) neste documento, como autêntica(s). Em testº (SSSN) da verdade. Emolumentos R\$ 37,46, FARPEN R\$ 3,98 e FEPI R\$ 1,12. Sebastião Sales da Silva Neto (a) Iraci Luciano da Silva. Conforme o original e dou fé.

Pilões, 02 de julho de 2014.

Em testº (SSSN) da verdade.

Sebastião Sales da Silva Neto
Sebastião Sales da Silva Neto
Escrevente Substituto

Nº 524345 A



IRACI LUCIANO DA SILVA
SIT. CANTINHO, S/N - JO. C. DUARTE
PILÕES/PB CEP: 58393-000 (AO: 27)

Classe/Subclasse: RURAL / RURAL RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 18 - 38 - 974 - 3230
Nº medidor: 0000841458

ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
R. 230, Km 26 - Canto Habitacional João Pessoa/PB - CEP 58071-890
CNPJ: 06.966.162/0001-40 - Insc. Est. 16.045.823-0

Nota Fiscal/Costa de Energia Elétrica Nº 001184.457
Código para Digitação Automática: 00818017072

5974 kWh e 200 kWh em 11/06/2014

5/1601707-2

Mai / 2014

Declaração de Quitação Anual de Débitos
Conforme previsto na Lei 12.007 de 26 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2013 e dos anos anteriores.

27/05/2014

Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as declarações de faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere e dos anos anteriores.

27/06/2014

987381435

Data	Leitura	Data	Leitura	I-5	28
28/04/14	3812	27/05/14	3817		

06/05/2014 33.53

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	145	0,19852	28,80
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PG			0,30
COFINS			1,38
JUROS DE MORA 13/2014			0,27
MULTA 13/2014			0,62
ICMS (SENTOR)			
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS			
COMP. INDICAÇÃO DIC. TRIMESTRAL 03/2014			-1,21

Abv/14 172
Mar/14 151
Fev/14 169
Jan/14 177
Dez/13 154
Nov/13 137
Out/13 126
Set/13 110
Ago/13 118
Jul/13 121
Jun/13 131
Mai/13 133

Média dos últimos meses:
129 kWh

03/06/2014

R\$ 29,85

31/2014 Auto

DIC. MENSAL 12,90
DIC. TRIMESTRAL 26,52
DIC. ANUAL 51,03
F.C. MENSAL 8,10
F.C. TRIMESTRAL 18,24
F.C. ANUAL 32,48
C.M.C. 8,58
C.O.R. 8,50

9,54
5,00
4,42

NOMINAL 720
CONTRATADA 201
LIMITE INFERIOR 201
LIMITE SUPERIOR 731

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia	19,98	44,80
Compra de Energia	11,00	38,80
Serviços de Transmissão	0,85	2,74
Encargos Setoriais	1,10	3,41
Impostos, Oribos e Encargos	2,57	8,21
Outros Serviços	0,30	0,90
Total	31,06	100,00

Valor de encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Art. 172 (4) da Lei 15.15)

-REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 11/08/2014. Conforme Resolução 414 da ANEEL, o pagamento após esta data não elimina a possibilidade de dívida suspensa ou o fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam em nome da unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Sua unidade foi faturada com desconto, conforme Decreto nº 7.581 de 15.05.05.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE PILÕES/PB



CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
Nº.230/2014

CERTIFICO para os devidos fins e efeitos legais, que fora Registrado o Boletim de Ocorrência de número 001/14, Folhas nº 229, Registro nº 230/2014, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Ao PRIMEIRO de JULHO de 2014, nesta cidade de Piloões/PB, e na Delegacia de Polícia Civil desta cidade de Piloões/PB, presente a Autoridade Policial, e na Delegacia de Polícia Civil desta cidade de Piloões/PB, presente a Autoridade Policial o Dr. **ERALDO VIEIRA BARBOSA**, Delegado de Polícia Civil, ao final assinado e declarado, aí, por volta das 10:00h, COMPARECEU: CÍCERO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, não alfabetizado, natural de Piloões/PB, nascido em 05/04/1965, RG Nº 1439102 SSP/PB e CPF Nº 035.113.214-76, filho de Manoel Ferreira da Silva e de Maria das Dores Filha, residente e domiciliado no Sítio Cantinhos, zona rural de Piloões/PB E PRESTOU A SEGUINTE OCORRÊNCIA: Afirma a declarante que no dia 28/06/2014, o declarante estava na companhia de seu filho o qual estava na garupa da motocicleta MARCA/MODELO HONDA POP 100 COR VERMELHA, ANO/MODELO 20012/2012, PLACA Nº OEY 5594/PB CHASSI Nº 9C2HB0210CR445261, DE PROPRIEDADE DO SR. NOEL FERREIRA DA SILVA; Afirma o declarante que tal acidente ocorreu na entrada desta cidade de Piloões/PB, na rua Norberto Barachuy, centro desta cidade, quando o seu filho que estava pilotando perdeu o controle deste citado veículo após de colidir em um animal (cachorro), onde ocasionou o citado acidente; QUE afirma o declarante que foi socorrido por populares e amigos que o levaram para o hospital Regional de Guarabira/PB, onde lá chegando o mesmo foi diagnosticado com várias lesões pelo corpo, como consta em ficha de atendimento ambulatorial deste citado hospital. **O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ. CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PILÕES-PB, AOS 01 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2014.**

NOTICIANTE: _____

ESCRIVÃO





ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAUDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

REG.: 0000093914

54
10

1. UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO:

CÓDIGO DA UNIDADE: 0012998

HOSPITAL REGIONAL DE GUARABIRA

R. JOAO PIMENTEL FILHO, 447 - GUARABIRA - PB

CNPJ: 08.778.268/0036-90

DATA / HORA DO ATEND:

28/06/2014 08:37

ATEND POR:

HRG

2. DADOS CADASTRAIS DO PACIENTE:

NOME: CICERO FERREIRA DA SILVA

SEXO: MASCULINO

EST CIVIL: CASADO(A)

SUS: 12084828890002

DN: 5/4/1965

49 ANOS

ENDEREÇO: SÍTIO REDENÇÃO, SN

BAIRRO: ZONA RURAL

CIDADE/UF: PILOES - PB

CEP: 58393000

MAE: MARIA DAS DORES FILHA

PAI: MANOEL FERREIRA DA SILVA

3. ATENDIMENTO:

TIPO DE ATENDIMENTO

☐ 01 - ATENDIMENTO URG/EMERGENCIA

☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA

☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE

☐ 04 - ATEND. URG/EMERG. P/ OUTRA UNID.

☐ 05 - 1ª CONSULTA ANUAL P/ OUTRA UNID.

☐ 06 - CONSULTA SUBSEQUENTE P/ OUTRA UNID.

MEDICAÇÃO:

☐ PRESCRITA

☐ APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

☐ OBSERVAÇÃO

☐ OUTRO HOSPITAL

☐ OBITO

☐ RESIDENCIA

☐ INTERNAÇÃO

☐ AMB. /SUS

☐ OUTROS

4. COD. PROCEDIMENTO:

ATV PROF.

TIPO

GRUPO

FAIXA ETARIA

5. DADOS DE EXAMES CLINICOS, TRATAMENTOS E DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS:

*Doença crônica de caráter de natureza
fornecida no contexto de doença*

Síndrome de FERNANDES DA SILVA

6. MATERIAIS - MEDICAMENTOS & OUTROS RECURSOS:

*Medicamento: 01
Prescrição: 01
Sint: 1 e 2
60 de 20 de 20*

*Atestado por
Médico
08:50 h*

7. DIAGNOSTICO:

Fornecido no contexto de doença

8. CID

9. ASS. PACIENTE/ACOMPAN /RESPONSAVEL:

10. DIGITAL:

ASS/CARIMBO MEDICO

ASS/CARIMBO REV. TECNICO

ASS/CARIMBO REV. ADM.

*Dr. Márcio Roberto
CNPJ: 08.778.268/0036-90
08/06/2014*



CONCLUSÃO

Notas: 10
conclusão: 10
Di: 10
10 10 2016
— J. Quat —



13

Despacho.

Vistos os autos.

1. Defiro a gratuidade judicial a teor do art. 98 do CPC, c/c o inciso LXXIV, do artigo 5º CF/88.
2. Designa-se audiência de conciliação/mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citada a parte promovida com pelo menos 20(vinte) dias de antecedência de acordo com o art. 334 do CPC, podendo caso o queira dizer do não desejo de conciliar até 10(dez) dias antes do ato.
3. Intimem-se a parte autora.

Pilões, 28 de setembro de 2016.


Iano Miranda dos Anjos
Juiz de Direito

VISTO EM INSPEÇÃO/CORREÇÃO/REVISÃO

- 1() Concluiu-se M. M. Juiz para os devidos fins.
- 2() Cumpra-se o despacho, nos moldes no prazo de 30 dias.
- 3() Cumpra-se a sentença/decisão no prazo de 30 dias.
- 4() Proferir despacho, decisão, sentença em 30 dias.
- 5() Cumpra-se com urgência despacho, decisão, ato ordinatório, em 30 dias.
- 6() Proferir despacho, decisão com urgência em 30 dias.

22/05/17

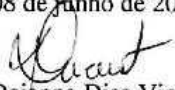
José Herbert Lima Lisboa
Juiz Corregedor Auxiliar
Obs: Veridade de Ciência Arquivada condicionada à ratificação em ata

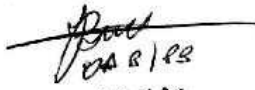


CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao despacho de fls. dos autos,
fica a audiência de conciliação designada para o dia
13/09/18, às 10:30 horas, no fórum local. O
referido é expressão da verdade. Dou fé.

Pilões, 08 de junho de 2017.


Kellen Daianne Dias Vicente
Técnica Judiciária

Certe em 16/08/2017

10.189.



Br

SUBSTABELECIMENTO

EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, brasileiro, solteiro, advogado, com OAB 16928 OAB / PB, Substabeleço, com reservas de iguais poderes a mim outorgados nos autos do processo 5000264-91.2016.8-15.0481, tendo como autor Cláudio Ferreira da Silva, na pessoa da Bel. JAILSON BARROS DO NASCIMENTO OAB/PB 10.189, podem ser intimados na Rua Floriano Peixoto, nº.4519, Malvinas, nesta cidade de Campina Grande/PB, com poderes da cláusula AD JUDITIA ET EXTRA, com reserva de poderes, dando tudo por firma e valioso, especialmente para realizar audiência, cargas em processos, podendo praticar todos os atos necessários, **DEVENDO AS INTIMAÇÕES SEREM DIRIGIDAS AO ADVOGADO SUBSCRITOR DESTE PROCESSO**. Nada mais a constar, lavro o presente que vai devidamente assinado.

Paulina / PB, 16 / 08 / 2017


Bel. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA
OAB/PB nº. 16928





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Comarca de Pilões
Cartório do Único Ofício

Fórum Braz Barachuy, Fazenda Santa Cruz, Rm 077, Pilões-PB - Cep: 58.393-000 - Telefone: (83) 3276-1069

24

CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

Processo nº 5000264-91.2016.815.0481

Pilões, 24 de julho de 2017.

Ilmº Sr.

Rep. Legal Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar

Rio de Janeiro-RJ

CEP: 20.031-201

Ilustríssimo(a) Senhor(a).

Devidamente autorizado pelo(a) M.M. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr(a). Iano Miranda dos Anjos, venho pela presente **Citar** Vossa Senhoria para que tome conhecimento de que tramita perante este Juízo e Cartório do Único Ofício, uma Ação de Cobrança c/c Indenização Danos Morais, processo nº 5000264-91.2016.815.0481, em que figura como promovente CÍCERO FERREIRA DA SILVA e promovido(a) o(a) **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, bem como intimar a parte para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 13.09.2017, às 10:30 horas . Anexo cópia da inicial.

Atenciosamente,

Kellen Dairanne Dias Vicente
-Técnico Judiciário-



CARTA DE PREPOSTO

19/1

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO (A) Fernanda Silva Souza, brasileira, portadora do CPF nº 158.083.937-10, podendo a mesma responder nesta qualidade a todos os termos do Processo nº. 5000 264-91.2016.815-0481 que tramita no Procedimento Sumário.

JOÃO PESSOA-EP, 08 de janeiro de 2015.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A


Sueli Moreira Torres
OAB-PB 15477



20

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabeleço, com reservas de iguais para mim, na pessoa do Dr. Jaelson Albino de Paula, inscrito em OAB/PB 8958, os poderes que me foram outorgados SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A nos autos da ação de cobrança nº 5000264-91.2016.815.0481 em tramitação no Cartório do Pilão - PB movida por Cícero Ferreira da Silva, vedado os poderes para receber intimações.

João Pessoa, 08 de janeiro de 2015.


Suélio Moreira Torres
OAB-PB 16477





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PILÕES
FÓRUM DESEMBARGADOR BRAZ BARACURY

TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL

DATA E HORA	13/09/2017 08:30 horas
JUIZ DE DIREITO	Iano Miranda dos Anjos
TIPO AUDIÊNCIA	Conciliação, Instrução e Julgamento
AÇÃO PROCESSO	Cobrança – 5000264-91.2016.815.0481
AUTOR	Cícero Ferreira da Silva
PROMOVIDO	Seguradora Líder de Consórcios

Feitos os pregões de estilo, foi verificada a ausência da parte autora e a presença do preposto do promovido e seu advogado. **Iniciados os trabalhos**, pela parte promovida foi juntada substabelecimento. Aberta audiência, pelo MM juiz foi dito: Entendo a ausência do promovente como desejo de não conciliar. Determino a realização de perícia, nomeando o perito que comumente realiza perícias neste juízo, **Dr. José Hilton, a fim de se averiguar a existência de invalidez ou debilidade, onde o médico deverá responder os seguintes quesitos do juízo, além dos quesitos propostos pelo promovido: 1) O examinado está acometido de lesão? 2) Se essa lesão tem caráter permanente? 3) Qual o grau dessa lesão, numa escala de 0 a 100% de acordo com a tabela descrita no art. 3º da Lei 6194/74, com as alterações introduzidas pela medida provisória 451/2008 ou mesmo pela tabela de acidentes de trabalho de classificação internacional de doença? 4) Intime-se o perito dessa nomeação, informado dos valores dos honorários de acordo com o convênio, bem como para que este informe dia e hora para realização da perícia. Dando em seguida ciência As partes que poderão nomear assistente técnico e acompanhar o ato. Ficam desde já também intimada a parte promovida para depositar os honorários do perito, que deverão ser liberados unicamente após a realização do ato mediante alvará. Informada a data, intime-se as partes para comparecer ao ato. Nada mais havendo a consignar, encerro o presente termo que segue devidamente assinado pelos presentes abaixo. Eu, _____, Técnico Judiciário o digitei e assino.**


Juiz de Direito

Preposto(a) do promovido

Advogado(a) do promovido

Oficial de Justiça



22

DESPACHO

Vistos os autos.

Intime-se a promovida para realizar o depósito dos honorários do Sr. Perito, no prazo de 15(quinze) dias.

Pilões, 28 de setembro de 2017


Iano Miranda dos Anjos
Juiz de Direito



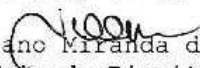
23/

DESPACHO

Vistos os autos.

Fixo os honorários em R\$ 281,24 (duzentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), intime-se a promovida para realizar o depósito do referido valor no prazo de 15(quinze) dias conforme ato da presidência nº 132/2015, nos termos do referido convênio. Cumpra-se.

Pilões, 17 de outubro de 2017


Iano Miranda dos Anjos
Juiz de Direito



CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi expedida a
NOTA DE FORO, publicação nº
etc)

Pilões-PB 19 de 10 de 2014

[Assinatura]
Analista/Técnico

JUNTADA

Nesta data, junto a estes autos

Nota de Foro Expedida

Pilões-PB 19 de 10 de 2014

[Assinatura]
Analista/Técnico



24
24

PILOES

VARA UNICA DE PILOES PROCESSO:5000264-91.2016.8.15.0481 CLASSE:22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO|Processo de Conhecimento|Procedimento de Conhecimento|Procedimento Sumário PARTES: CICERO FERREIRA DA SILVA (035.113.214-76) - AUTOR SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) - RÉU ADVOGADOS:N/A INTIME-SE A PARTE PROMOVIDA PARA EFETUAR O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

INTIMADO
Valor da causa: R\$ 1.000,00
Data da audiência: 29/07/2020
Local: 1ª Vara Cível
Juiz: Dr. [nome não legível]



JUNTADA

Nesta data, junto a estes autos

Petição Compromisso hon.

Pilões-PB 26 de 10 de 2014

[Assinatura]
Analista/Técnico



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Via Processo		Data de Emissão 28/09/2017
				Data de Vencimento 05/10/2017
Comarca Pilões	Nº do Processo 5000264-91.2016.815.0481	Nº da Guia 048.2017.600087	Conta FEPJA 1618-7/228.039-6	
Histórico Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionalis - Diligências / Despesas Postais Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22 Promovente: CICERO FERREIRA DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Valor da Causa: Postais Com AR R\$ 0,00 R\$ 5,00 Despesas Processuais: Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$) 0,00	
			Taxa Judiciária (R\$) 0,00	
			Despesas Postais (R\$) 5,00	
			Despesas com Mandados (R\$) 0,00	
			Tarifa Bancária (R\$) 1,35	
			Valor Total (R\$) 6,35	

PS

acências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.



26
A

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PILOES/PB

Processo: 50002649120168150481

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CICERO FERREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

PILOES, 27 de setembro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A



SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477

2017-09-28 17:46:00 002956.1



24
X

 Banco do Brasil

Nº DA PARCELA 0			DATA DO DEPÓSITO 22/09/2017		AGÊNCIA (PREF / DV) 293		Nº DA CONTA JUDICIAL 4500124607633	
DATA DA GUIA 22/09/2017		Nº DA QUITA 2391318		Nº DO PROCESSO 50002649120168150481		TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL		
COMARCA PILOS		ORÇÃO/VARA VARA UNICA		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA		DEPOSITANTE RÉU		VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA Jurídico		CPF / CNPJ		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE CICERO FERREIRA DA SILVA				TIPO DE PESSOA Física		CPF / CNPJ 03511321476		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 6C9492CD8E445B23								

\$



JUNTADA

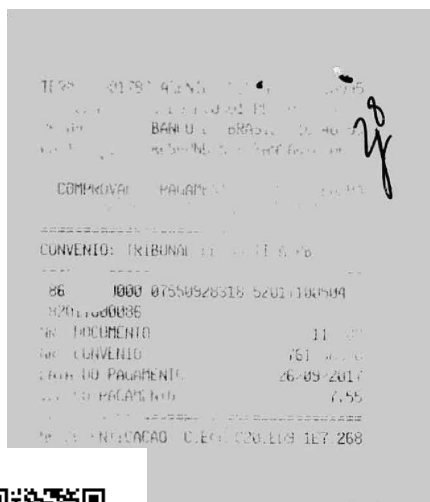
Nesta data, junto a estes autos

Camêra

Processo nº *20.00* de *11* de *2017*

[Assinatura]
Analista/Técnico







www.pagfacil.com.br



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Via Processo		Data de Emissão 26/09/2017
Comarca Pilões		Nº do Processo 5000264-91.2016.815.0481	Nº da Guia 048.2017.600086	Data de Vencimento 05/10/2017
Histórico Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionalis - Diligências / Despesas Postais Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22 Promovente: CICERO FERREIRA DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.		Conta FÉPJA 1618-7/228.039-6		Custas Judiciais (R\$) 0,00
Valor da Causa: Postais		Com AR	R\$ 0,00 R\$ 6,20	Taxa Judiciária (R\$) 0,00 Despesas Postais (R\$) 6,20
Despesas Processuais: Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.		R\$ 6,20		Despesas com Mandados (R\$) 0,00 Tarifa Bancária (R\$) 1,35
Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.		Valor Total (R\$)		7,55



30
24

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PILOES/PB

Processo: 50002649120168150481

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

RECEBIDO SUPLENTE CÍVEL 26/05/2017 17:16 002950 1

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CICERO FERREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **28/06/2014**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **01/07/2014**.

Cumprido esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida. 31/3/21

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular³, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

¹ [1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

² [1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³ "Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviços ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeto, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em Juízo (CC, art. 654). Arnoldo Rizzardo assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar-lhe pertenciam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnoldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." [Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102]."



A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal⁴.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁵.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

⁴ Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [2009.001.20283], 10ª Câmara Cível, Julgamento: 30/06/2009. "Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece."

⁵ "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório." (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirir a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **28/06/2014**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁶.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁷.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

⁶ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁷ Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."



Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente. 24
29

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁸.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁹.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

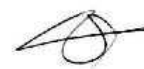
Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

⁸“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁹art. 1º. (...)

§2º Nas demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado. 

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome dos patronos DR. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, inscrito sob o nº OAB/PB 4246-A, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
PILOES, 25 de setembro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



36

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (76%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



Rio de Janeiro, 10 de Março de 2015

Carta nº: 6498424

A/C: CICERO FERREIRA DA SILVA

Sinistro: 3150208820
Vítima: CICERO FERREIRA DA SILVA
Data Acidente: 28/06/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: IRACI LUCIANO DA SILVA

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0159301594 - carta_01



Rio de Janeiro, 19 de Março de 2015

Carta nº: 6584498

A/C: CICERO FERREIRA DA SILVA

Sinistro: 3150208820
Vítima: CICERO FERREIRA DA SILVA
Data Acidente: 28/06/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: IRACI LUCIANO DA SILVA

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

00357/00358 - carta_02





Seguradora Líder - DPVAT



40

Rio de Janeiro, 01 de Maio de 2015

Carta nº: 6879726

A/C: CICERO FERREIRA DA SILVA

Sinistro: 3150208820
Vítima: CICERO FERREIRA DA SILVA
Data Acidente: 28/06/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: IRACI LUCIANO DA SILVA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: CICERO FERREIRA DA SILVA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000001100

Conta: 0000014585-6

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Multa:

R\$ 0,00

Juros:

R\$ 0,00

Total creditado:

R\$ 1.687,50

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01947/01948 - carta_15R



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): Cicero Ferreira da Silva
Endereço do(a) Examinado(a): Sítio Cantinha Jd Cid Univ, S/N
Jardim Cid Univ Píloes PB CEP: 58393-000
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SSP / PB] 1439102
Data local do exame: [20/04/2015] João Pessoa [PB]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

Periciando vítima de acidente de motocicleta, sofreu traumatismo no cotovelo esquerdo.

- a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

(X) Sim () Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

- b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

(X) Sim () Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(*))

- II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.

Quadro tratado conservadoramente, evolução insatisfatória, teve alta definitiva em 25/07/2014.

- III. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

(X) Sim () Não

Existindo seqüela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Periciando sequelado de traumatismo no cotovelo esquerdo, apresenta ao exame físico, edema residual, limitação de mobilidade articular e perda de força motora do referido cotovelo.

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

- IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

() "Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

() "Sem seqüela permanente"

(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Seqüela):

Cotovelo esquerdo

% do dano: () 10% residual (X) 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Seqüela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Seqüela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Seqüela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

- c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

- V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura do(a) Médico(a) Examinador(a)
Carimbo com Nome e CRM

João Bartolomeu P. Razele

DR. JOÃO BARTOLOMEU PUNTO RAZELE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM - PB 4518 TEST. 8334



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

27/04/2015

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CICERO FERREIRA DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01100

CONTA: 000000014585-6

Nr. da Autenticação 752295CEB23A10D6



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150208820 Cidade: Piloões Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: CICERO FERREIRA DA SILVA Data do acidente: 28/06/2014 Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/03/2015

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: TRAUMA EM COTOVELO ESQUERDO

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das
sequelas:

Documentos
complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

IBMES INST.BRASDE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA

Nome do médico: ARNALDO KACELNIK

CRM do médico: 52.31291-5

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150208820

Cidade: Pilões

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: CICERO FERREIRA DA SILVA

Data do acidente: 28/06/2014

Seguradora: CENTAURO VIDA E
PREVIDÊNCIA S/A

PARECER

Diagnóstico: traumatismo no cotovelo esquerdo

Descrição do exame médico pericial: apresenta ao exame físico, edema residual, limitação de mobilidade articular e perda de força motora do referido cotovelo.

Resultados terapêuticos: Quadro tratado conservadoramente

Sequelas permanentes: Limitação funcional em cotovelo esquerdo

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 20/04/2015

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Joao Bartolomeu Pinto Rabelo

CRM do médico: 4518

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

TESTADOR

SAUDESEG Sistemas de Saude Ltda.

Médico revisor: MARCUS VINICIUS CARVALHO FREIRE

CRM do médico: 21102

UF do CRM do médico: PE

Assinatura do médico:



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meu amado, a Seguradora Líder DPVAT, atendo papeis recebidos e aqui a preservar o futuro.





Seguradora
LÍDER
Sua melhor opção de Seguro - 2011-12

todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a **OUTORGANTE** figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016


MARCELO DAVOLI LOPES


CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2102-9990

088674
AC567751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **MARCELO DAVOLI LOPES** e
CLAUDIO MENDES LADEIRA (X00000300868)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: **Bruno Rodrigo Belem Gaspar** - Aut.
Em testemunho da verdade. **TJ-FUNDOS** Total: **17 OFIS - 17000**
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
EBOS-10754 TZL EBOS-10755 HEM
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2102-9990

088674
AC512802

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE

CERTIFICADO de que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000300868
Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.
PUBLICA BRASIL A.B. GREFIN-TUT
EBPO-46337 NF Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cartório do 17º Ofício de Notas
Paisa Calista A.B.
Gasper
Total: 1.00
6.90



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar a natureza.



44

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **OAB/PB 15477** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CICERO FERREIRA DA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **PILOES**, nos autos do Processo nº 50002649120168150481.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2017.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, **TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e busca preservar o futuro.



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira
Rua do Carmo 43 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000071AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 8,40
JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON : 5,40
Total : 13,80
Bruno Norclon Belem Gaspar - Aut
EADN-29273 BNL, EADN-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

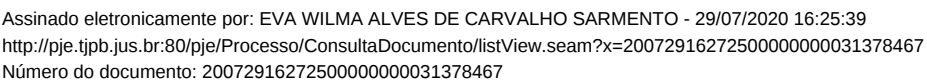
ANTONIO DO
Bruno Norclon
Belem Gaspar
Escritorio
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
OFÍCIO DE NOTAS - P



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cód: X00000000AF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia : 5,00
JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON : 1,80
Total : 6,80
PAULA CRISPINA A.D. GASPAR-AUT
EPO-46356 ZAN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro







Assinado eletronicamente por: EVA WILMA ALVES DE CARVALHO SARMENTO - 29/07/2020 16:25:39
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072916272500000000031378467>
 Número do documento: 20072916272500000000031378467

49

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Álvares de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barros e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Re ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



Assinado eletronicamente por: EVA WILMA ALVES DE CARVALHO SARMENTO - 29/07/2020 16:25:39
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072916272500000000031378467>
 Número do documento: 20072916272500000000031378467

50

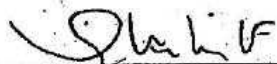
Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estão inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

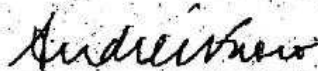
ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:

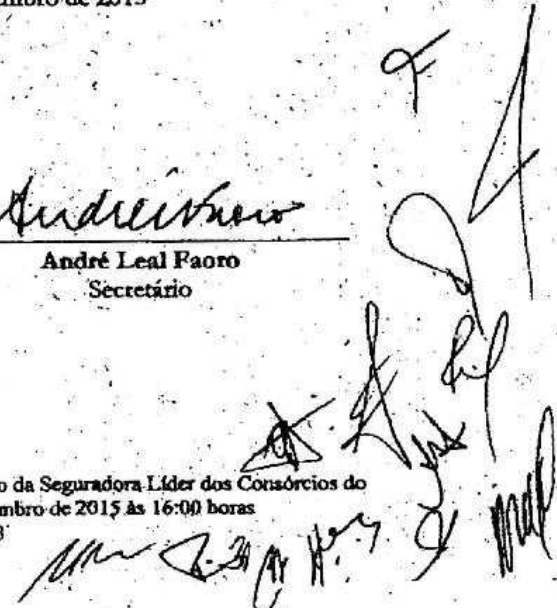


Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente



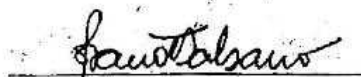
André Leal Paoro
Secretário

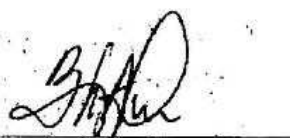
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3





Num. 32766691 - Pág. 30


Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente


Bernardo Dieckmann
Conselheiro

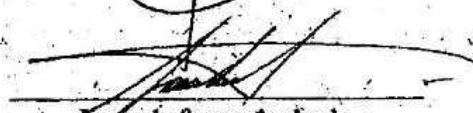

Celso Damadi
Conselheiro

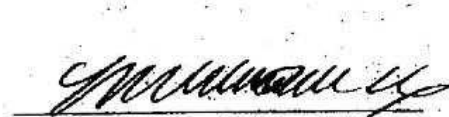

Francisco Alves de Souza
Conselheiro


Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro

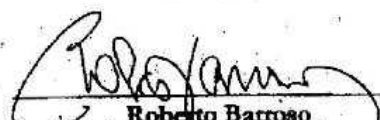

Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro


João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro

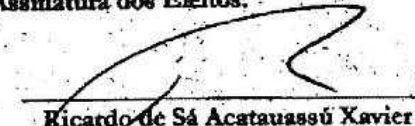

Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

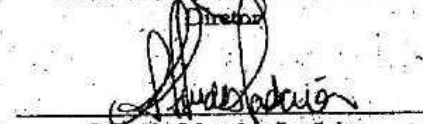

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

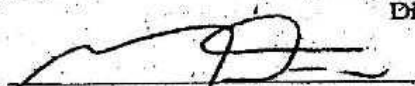
Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

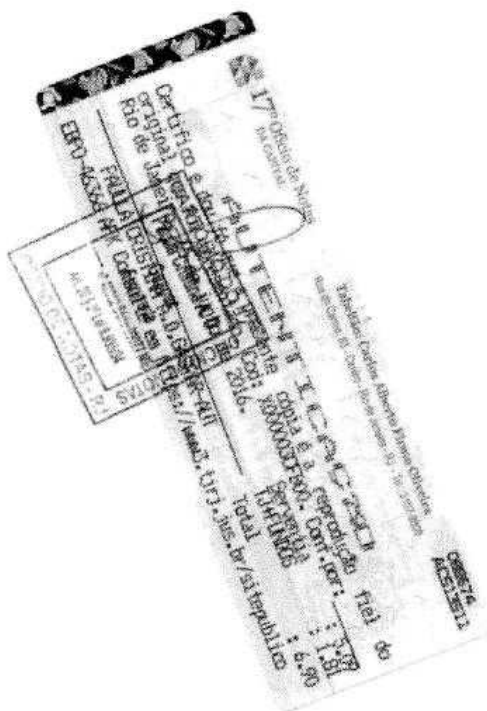

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

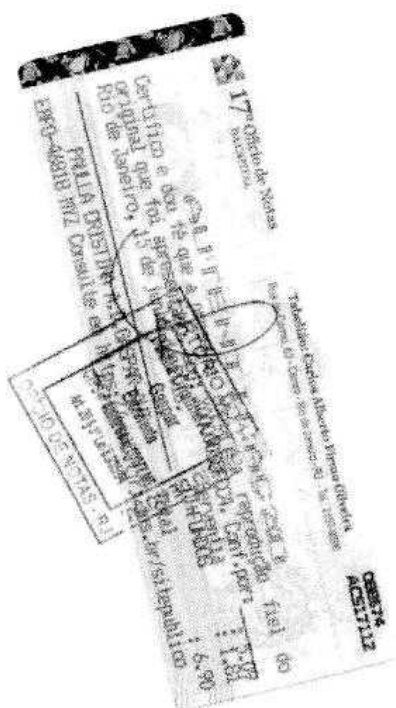
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3

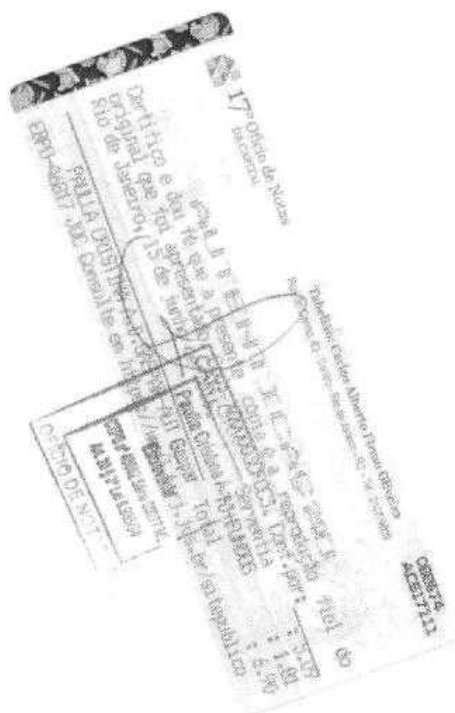




Assinado eletronicamente por: EVA WILMA ALVES DE CARVALHO SARMENTO - 29/07/2020 16:25:39
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072916272500000000031378467>
 Número do documento: 20072916272500000000031378467







56
f

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos
conclusos ao(s) MM. Juiz(a) de
Direito.

Camarãa, 19 de 06 de 18


Anabela Fércion



57
8

5000264-91.2016

Vistos,

Verte dos autos que a parte autora é analfabeta. Assim sendo, intime-se o promovente, **via advogado**, para regularizar a procuração de fls. 08, no prazo de dez dias.

Em, 27 de agosto de 2018.


Alessandra Varandas Paiva Madruga de Oliveira Lima
Juíza de Direito em substituição

DATA

Nesta data recebi os presentes autos da
MM. Juíza de Direito.

Em, 31 / 08 / 18


Analista/Técnico Judiciário



CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi expedida a
NOTA DE FORO, publicação nº
015/2018

Folhas, 31 de 08 de 18

Anexo 1



58
d

PILOES

VARA UNICA DE PILOES PROCESSO:5000264-91.2016.8.15.0481 CLASSE:22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO|Processo de Conhecimento|Procedimento de Conhecimento|Procedimento Sumário PARTES: CICERO FERREIRA DA SILVA (035.113.214-76) - AUTOR SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) - RÉU ADVOGADOS: 16928 PB - EMMANUEL SARAIVA FERREIRA 4246 PB - JOAO ALVES BARBOSA FILHO DESPACHO: VERTE DOS AUTOS QUE A PARTE AUTORA É ANALFABETA. ASSIM, SENDO, INTIME-SE O PROMOVENTE, VIA ADVOGADO, PARA REGULARIZAR A PROCURAÇÃO DE FLS. 08, NO PRAZO DE DEZ DIAS.



CERTIDÃO

Processo nº 20072916272500000000031378467
Data: 27/09/2018
Assinado por: [assinatura]



PILOES

VARA UNICA DE PILOES PROCESSO:5000264-91.2016.8.15.0481 CLASSE:22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO|Processo de Conhecimento|Procedimento de Conhecimento|Procedimento Sumário PARTES: CICERO FERREIRA DA SILVA (035.113.214-76) - AUTOR SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) - RÉU ADVOGADOS: 16928 PB - EMMANUEL SARAIVA FERREIRA 4246 PB - JOAO ALVES BARBOSA FILHO VERTE DOS AUTOS QUE A PARTE AUTORA É ANALFABETA. ASSIM SENDO, INTIME-SE O PROMOVENTE, VIA ADVOGADO, PARA REGULARIZAR A PROCURAÇÃO DE FLS. 8, NO PRAZO DE DEZ DIAS.





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Comarca de Pilões
Cartório do Único Ofício

ROD PB-077, Pilões-PB - CEP: 58.393-000 - Telefax: (83) 3276-1069

CERTIDÃO

Certifico que o promovente não se manifestou no prazo legal, acerca do despacho retro. O referido é a expressão da verdade. Dou fé.

Pilões/PB, em 03 de dezembro de 2018.

Janiele Alves de Oliveira Régis
Técnica Judiciário



03 de 12 de 18





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PILÕES**

PROCESSO Nº 5000264-91.2016.815.0481

Vistos, etc.

Intime-se o Promovente, pessoalmente, para manifestar interesse na continuidade do feito, promovendo a regularização da procuração, conforme determinado no despacho de fls. 57, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do art. 485, § 1º do CPC.

Em, 25/07/2019.

Jailson Shizue Suassuna
Juiz de Direito em substituição

DATA

Nesta data recebi os presentes autos da MM. Juíza de Direito.

Em, 16/08/19

[Assinatura]
Analista/Técnico Judiciário



CERTIDÃO

Certifico que solicitei, nesta data, o(s)
mandado(s) nº 10090

Pilões, 16 de 08 de 19


Analista/Técnico

JUNTADA

Nesta data, junto a estes autos
mandado

Pilões-PB 10 de 09 de 19


Analista/Técnico



3
b

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PILÕES
FÓRUM DES. BRAZ BARACHURY
Fazenda Santa Cruz –CEP: 58.393-000-Fone/Faz (83) 3276-1069
MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO nº 5000264-91.2016.815.0481

ASSUNTO: Seguro

PROMOVENTE: Cicero Ferreira da Silva

PROMOVIDO: Seguradora Líder dos Consórcios LTDA

De ordem da Dr. Jailson Shizue Suassuna, MM Juíz de Direito em Substituição da Comarca de Pilões-PB, **INTIMO CÍCERO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliada no Sítio Cantinhos, zona rural do município de Pilões-PB para manifestar interesse na continuidade do feito, promovendo a regularização da procuração, conforme determinado no despacho de fls. 57, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se nas formas e sob a pena da lei. Pilões, 16 de Agosto de 2019. Janiele Alves de Oliveira Régis. Técnica Judiciário.



CIENTE

Código de verificação, gerado pelo SISCOM-W, para garantir a integridade deste documento:
D24CC149-EB7247F3-AD08F5E5-B729D7F5. Este código poderá ser utilizado no endereço: <http://www.tjpb.jus.br>.

Documento assinado por: Leonel Belmino da Silva
IDENTIFICADOR: CERN-3.00817.30042.96651.10000-8



64
Taly

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE GUARABIRA - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: CADASTRAMENTO - 09/08/2016 00 horas 00 minutos

Processo: 5000264-21.2016.815.0181

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 0,00

Serie : 01

Autor : CICERO FERREIRA DA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : 5A. VARA DE GUARABIRA

Juiz : KÁTIA DANIELA DE ARAUJO

Promotor:



65
thales

MENU GERAL

01 Distribuição	12 Execuções Penais
02 Cadastramento	13 Custas e Emolumentos
03 Unificação/Separação Pessoas	14 Custas e-JUS / PJe
04 Arquivo Judicial	15 Gerenciamento do Sistema
05 Baixa/Reativação	16 Relatorios Gerenciais
06 Certidao	17 Correção Monetaria (Lei 6899/81)
07 Consulta	18 Cadastro de Advogados
08 Movimentação	19 Transferencia de Processos
09 Publicação	-----TRANSFERENCIA [REDISTRIBUIÇÃO]-----
10 Procedimentos Proc Pej	
11 Mandados	Processo de Origem: 5000264 91 2016 815 0481
	Foro de Destino : 0181
	F3 RETORNA
	F9 ENCERRA

JB010057 NAO EXISTE O PROCESSO INFORMADO.

5000 264 - 21 - 7016. 815. 0181



DATA

Nesta data, recebi estes autos do(a) do

Distrito
que para constar fiz este termo. Dou fé.

Guarabira, 06 / 12 / 20 19

Henrique Ferreira Rêgo
Analista / Técnico

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao MM
Juiz(a) de Direito.

Guarabira-PB, 06 / 12 / 20 19

Henrique Ferreira Rêgo
ANALISTA/TÉCNICO





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE GUARABIRA
JUÍZO DA 5ª VARA

Processo nº 5000264-21.2016.815.0181

DESPACHO

R.H.

Certifique-se o cumprimento do despacho
retro e decurso do prazo.

Guarabira, 13 de janeiro de 2020.

Kátia Daniela de Araújo
Juíza de Direito



DATA

Nesta data, recebi estes autos do(a) do

M. M. Luiz

que para constar fiz este termo. Dou fé.

Guarabira, 14/03/2020

FACUN

Analista / Técnico



67
Baly



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL
5ª VARA DA COMARCA DE GUARABIRA

ATO ORDINATÓRIO (ART.349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS – CGJPB)

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, INTIMO as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

Guarabira-PB, 19 de fevereiro de 2020.

Hermes Ferreira Sales
Hermes Ferreira Sales
Técnico Judiciário
Mat. 468.843-1



NOTA DE FORO

Certifico que nesta data foi expedida a

NOTA DE FORO nº 14/20, Dou fé.

Guarabira, 19 / 02 / 2020

Thomas Ferreira Reis

Analista / Técnico

JUNTADA

Nesta data junto a estes autos
Protocolos NF 14/20
que adiante se vê, do que para
constar fiz este termo. Dou Fé.

Guarabira, 22 / 02 / 2020

Thomas

Ferreira Reis
Analista / Técnico





CERTIDÃO

Certifico que:

_____, Dou fe.

Guarabira, ____/____/20____

Analista / Técnica Judiciária



69
Haly

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PILÕES
FÓRUM DES. BRAZ BARACHURY
Fazenda Santa Cruz –CEP: 58.393-000-Fone/Faz (83) 3276-1069
MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO nº 5000264-91.2016.815.0481

ASSUNTO: Seguro

PROMOVENTE: Cícero Ferreira da Silva

PROMOVIDO: Seguradora Líder dos Consórcios LTDA

De ordem da Dr. Jailson Shizue Suassuna, MM Juiz de Direito em Substituição da Comarca de Pilões-PB, **INTIMO CÍCERO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliada no Sítio Cantinhos, zona rural do município de Pilões-PB para manifestar interesse na continuidade do feito, promovendo a regularização da procuração, conforme determinado no despacho de fls. 57, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se nas formas e sob a pena da lei. Pilões, 16 de Agosto de 2019. Janiele Alves de Oliveira Régis. Técnica Judiciário.



CIENTE

Código de verificação, gerado pelo SISCOM-W, para garantir a integridade deste documento:
D24CC149-EB7247F3-AD08F5E5-B729D7F5. Este código poderá ser utilizado no endereço: <http://www.tjpb.jus.br>.

Documento assinado por: Leonel Belmino da Silva
IDENTIFICADOR: CEMAN-E.00817.30042.86651.10000-8



70
Pelo

**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA DE PILOES**

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço nele contido e lá, **procedi a INTIMAÇÃO A**
CICERO FERREIRA DA SILVA, não alfabetizado, que após ouvir a leitura do mesmo de tudo ficou ciente, aponto a sua
digital e recebendo a contra fé.
O referido é verdade; Dou fé.

PILOES, 26/08/2019.

LEONEL BELMINO DA SILVA
Oficial de Justiça
Matr. 4687558

Documento assinado por: Leonel Belmino da Silva
IDENTIFICADOR: CEMAN-E.00054.2002.86051.00000-6





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Número do Processo: 5000264-21.2016.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
A s s u n t o : [S e g u r o]
Polo ativo: AUTOR: CICERO FERREIRA DA SILVA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé.que, os presentes autos aportaram neste Juízo equivocadamente; razão pela qual faço CONCLUSÃO para os devidos fins legais.

GUARABIRA, 27 de agosto de 2020
SEVERINO RIBEIRO DA ROCHA





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 5000264-21.2016.8.15.0181

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, que tramitava na Comarca de Pilões, e que, em virtude da desinstalação da referida unidade judiciária, foi redistribuído para esta Comarca de Guarabira, aportando no Juízo da 5ª Vara, o qual, inclusive, já despacho no feito.

Portanto, tendo o processo sido redistribuído equivocadamente a esta 2ª Vara, determino o seu retorno ao Juízo da 5ª Vara desta Comarca, mediante as cautelas legais.

Cumpra-se.

GUARABIRA, 27 de agosto de 2020.

Juiz(a) de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE GUARABIRA

Juízo do(a) 5ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 5000264-21.2016.8.15.0181

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Seguro]

AUTOR: CICERO FERREIRA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Intime-se pessoalmente e com **urgência** para, em cinco dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, cumprindo a determinação judicial anterior, sob pena de extinção.

GUARABIRA-PB, em 23 de setembro de 2020

KÁTIA DANIELA DE ARAUJO

Juiz(a) de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE GUARABIRA

Juízo do(a) 5ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 5000264-21.2016.8.15.0181

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: CICERO FERREIRA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.





N o m e : _____ C I C E R O _____ F E R R E I R A _____ D A _____ S I L V A
Endereço: SÍTIO CANTINHOS. AREA RURAL. PILÕES-PB

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a).KÁTIA DANIELA DE ARAÚJO, MM Juiz(a) de Direito deste 5ª Vara Mista de Guarabira, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 5000264-21.2016.8.15.0181 manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: CICERO FERREIRA DA SILVA**, no endereço acima, para tomar ciência do seguinte DESPACHO: " **Vistos, etc. Intime-se pessoalmente e com urgência para, em cinco dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, cumprindo a determinação judicial anterior, sob pena de extinção.**"

Prazo: 5 dias





GUARABIRA-PB, em 25 de setembro de 2020

De ordem, FRANCINEIDE ANACLETO DA COSTA GUEDES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



CERTIDÃO

Certifico em cumprimento ao presente mandado, que me dirigi ao endereço indicado e **INTIMEI** a parte promovente **SEVERINO DELFINO**, Cel. 99653-9446, do conteúdo do referido mandado, onde recebeu as cópias do mandado, ficando o mesmo de tudo bem ciente e exarou sua impressão digital,

O referido verdade; Dou fé.

Guarabira-PB, 25.09.2020

Manoel Pereira Caiana Júnior. Mta. 472255-8

Oficial de Justiça



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE GUARABIRA**

Juízo do(a) 5ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



v.1.00

MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**Nº DO PROCESSO: 5000264-21.2016.8.15.0181**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: CICERO FERREIRA DA SILVA**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.****Nome: CICERO FERREIRA DA SILVA****Endereço: SÍTIO CANTINHOS, AREA RURAL, PILÕES PB**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). KÁTIA DANIELA DE ARAÚJO, MM Juiz(a) de Direito deste 5ª Vara Mista de Guarabira, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 5000264-21.2016.8.15.0181 manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: CICERO FERREIRA DA SILVA**, no endereço acima, para tomar ciência do seguinte DESPACHO: " Vistos, etc. Intime-se pessoalmente e com urgência para, em cinco dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, cumprindo a determinação judicial anterior, sob pena de extinção."

Prazo: 5 dias

GUARABIRA-PB, em 25 de setembro de 2020

De ordem, FRANCINEIDE ANACLETO DA COSTA GUEDES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSO O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX

Assinado eletronicamente por: FRANCINEIDE ANACLETO DA COSTA
GUEDES

25/09/2020 11:15:38

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 34753672



20092511153808500000033223877

imprimir



-o Cel - 99653-9446



Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 5000264-21.2016.8.15.0181

[Seguro]

AUTOR: CICERO FERREIRA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos, etc.

CICERO FERREIRA DA SILVA, devidamente qualificado, ingressou com a presente ação em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., aduzindo as razões fáticas e jurídicas constantes na inicial.

Intimada para diligenciar no processo, a mesma permaneceu silente.

Eis o sucinto e bastante relatório. Decido.

Bem analisando os autos verifico que o feito não merece continuar em tramitação, pela própria desídia e inércia da parte autora.

Eis a dicção do art. 485 do CPC, *in verbis*:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

(...)

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

Gize-se que a parte fora devidamente intimada por duas vezes para informar se detinha interesse no prosseguimento do feitoe, ainda assim, nada fora acostado aos autos.



Assim, entendo que a extinção processual é medida imperiosa, por não ser dado à parte o direito de eternizar o processo ou deixá-lo ativo ao seu mister.

Diante do exposto, fundamentado no art. 485, III, do Código de Processo Civil, **EXTINGO O PRESENTE FEITO**.

Publicado e registrado no sistema.

Intime-se e uma vez observadas todas as formalidades, ARQUIVEM-SE, com as cautelas de estilo, sem nova conclusão ao juízo.

Guarabira, 29 de outubro de 2020

KÁTIA DANIELA DE ARAÚJO

Juíza de Direito

